

Fortes na Amazônia brasileira: controle territorial e rede urbana

*Fredson Bernardino Araújo da Silva*¹

*Thiago Oliveira Neto*²

Resumo: Diversas formas espaciais pontuais ou lineares foram sendo materializadas na Amazônia para fins de estabelecer o controle territorial, oriundas em sua maioria de ações geopolíticas que foram sendo instituídas desde o início do processo de ocupação portuguesa até o período atual. Obviamente que os objetos geográficos instituídos na região não possuem as mesmas funções e formas espaciais, contudo o enfoque na necessidade constante de assegurar o controle e a integração territorial ainda ressoa enquanto objetivo geopolítico do Estado brasileiro nesta porção territorial. Nesse contexto, este texto versa sobre o controle territorial estabelecido na Amazônia com a construção dos fortes.

Palavras-chave: fortes; Amazônia brasileira; controle territorial.

Forts in the Brazilian Amazon: territorial control and urban network

Abstract: Several punctual or linear spatial forms were being materialized in the Amazon for purposes of establishing territorial control, mostly from geopolitical actions that were being instituted since the beginning of the Portuguese occupation process until the current period. Obviously that the geographic objects instituted in the region do not have the same functions and spatial forms, however the focus on the constant need to ensure the control and territorial integration still resonates as a geopolitical objective of the Brazilian State in this territorial portion. In this context, this text focuses on the territorial control established in the Amazon with the construction of forts.

Keywords: forts; Brazilian Amazon; territorial control.

Fuertes en la Amazonía brasileña: control territorial y red urbana

Resumen: Varias formas espaciales puntuales o lineales se fueron materializando en la Amazonia con el fin de establecer el control territorial, sobre todo a partir de las acciones geopolíticas que se fueron instituyendo desde el inicio del proceso de ocupación portuguesa hasta el período actual. Obviamente que los objetos geográficos instituidos en la región no tienen las mismas funciones y formas espaciales, sin embargo el enfoque en la necesidad constante de garantizar el control y la integración territorial todavía resuena como un objetivo geopolítico del Estado brasileño en esta porción territorial. En este contexto, este texto se centra en el control territorial establecido en la Amazonia con la construcción de fuertes.

Palabras clave: fuerte; Amazonía brasileña; dominio territorial.

¹ Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

² Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-USP. Professor-substituto do Departamento de Geografia da UFAM.

Introdução

Uma diversidade de sistemas de engenharia foi materializada na Amazônia brasileira para fins de estabelecer controle territorial ao longo do processo de formação territorial do Brasil, com diversas ações pretéritas e atuais que resultaram em novas formas capazes de condicionar as interações espaciais e a própria dinâmica de circulação da rede urbana amazônica, pois uma parte dos sistemas de engenharia foram centrais para a gênese de núcleos urbanos e para instituir novos fluxos entre os lugares.

Esses sistemas de engenharia são compostos pelos fortes, portos, rodovias, aeródromos, ferrovias e sistemas de telecomunicações. Todos esses foram, e alguns continuam sendo, fundamentais para possibilitar uma integração territorial por meio dos fluxos materiais e imateriais entre diferentes lugares. Além disso, esses sistemas materializam ao longo dos períodos históricos determinados objetivos geopolíticos de controle territorial.

Os sistemas de engenharia que foram sendo construídos na Amazônia expressam marcas de períodos históricos específicos. De maneira geral, podemos destacar que houve uma influência das ações de instituições militares nas diferentes manobras geopolíticas de integração e de controle territorial da Amazônia, desde o período colonial até o contemporâneo.

Para fins de elucidar esse apontamento, buscou-se no texto abordar os diferentes sistemas de engenharia construídos no passado, com ênfase nos fortes, a localização estratégica e o papel dos fortes na a rede urbana de padrão dendrítico.

A abordagem parte de uma concepção analítica que alia a paisagem com a sociedade total (SANTOS, 2012). A primeira, diz respeito às formas espaciais, ao meio tecnoprodutivo e, sobremaneira, ao sistema de objetos. A segunda está relacionada à estruturação da sociedade, à formação social e, especialmente, ao sistema de ações.

A estratégica (militar) de ocupação da Amazônia via fortes

A necessidade de estabelecer o controle territorial por partes das potências coloniais europeias do século XVI foi realizada por meio de diversas

ações geopolíticas, capazes de instituir diferentes mecanismos voltados para assegurar a posse e o domínio territorial. É nesse contexto que ocorre o processo de colonização da Amazônia.

A Amazônia que se conhece hodiernamente é fruto de conflitos territoriais e deriva de uma complexa construção do imaginário sobre a região. Conforme o argumento central de Renan Freitas Pinto (2005), a imagética que se tem sobre a Amazônia, isto é, o pensamento social, guarda uma vinculação com a ideia pelo menos quicentenária de “Novo Mundo”, o que se desdobrou historicamente na atuação europeia na região pautada pela missão de “conquista” e ocupação.

Para assegurar essa missão, fez-se uso de estratégias de ocupação da Amazônia. Num primeiro momento, do séc. XVII ao XIX, a mais marcante técnica de constituição de um sistema territorial de controle foi a construção de fortificações, eminentemente de cunho militar e com a função do asseguramento do território. Entre as demais, cita-se as missões religiosas, a política pombalina e, em seguida, as políticas relativas à economia da borracha (MACHADO, 1992; TAVARES, 2011; CORRÊA, 1987).

Machado (1989, p. 90) salienta a “importância atribuída aos rios, elementos essenciais das fronteiras sul-americanas, visava o tradicional objetivo de assegurar o controle das comunicações, ou seja, o controle de pontos estratégicos”. Complementarmente, por meio de fortes instalados na bacia amazônica, a estratégia de controle territorial estava apoiada em ao menos quatro elementos:

(...) as fortificações, o povoamento nuclear, a criação de unidades administrativas, e o conhecimento geográfico do território. Ademais de sua função concreta e imediata, a cada um desses elementos foi atribuído um valor simbólico no sentido de marcar a “presença portuguesa”. O valor simbólico é mais evidente nos três primeiros elementos porque estavam associados à presença de uma autoridade. E era o exercício da autoridade, não só coercitiva mas consensual, a meta buscada pelos governantes. Em outras palavras, naquele momento o valor simbólico atribuído às formas espaciais buscava reproduzir e institucionalizar uma relação de poder entre, de um lado, a administração, e de outro, as nações confinantes e a população local. (MACHADO, 1989, p. 104).

As pequenas construções fortificadas instaladas nos limites do vale do rio Amazonas tinham como objetivos: i) o controle militar dos rios que constituíam nos principais canais de comunicação do território com outros povos conflitantes; ii) a “a proteção do ‘centro’ da colônia, onde se localizava a área mineradora de Cuiabá (Mato Grosso)”; iii) “a possibilidade de ampliar a posse dos territórios” (MACHADO, 1989, p. 104). A rigor, o território colonial português dobrou sua extensão territorial “mediante a adoção de algumas estratégias que consolidaram a posse, como a implantação de fortificações, de missões religiosas e núcleos de povoamento” (NOGUEIRA, 2007, p. 14).

De acordo com Nogueira (2007, p. 35), “o sistema de circulação é considerado pela Geopolítica como estratégico no controle de territórios”³, e o controle da comunicação fluvial representava no período colonial uma ação para manter a posse do vasto território amazônico. Além disso, o mesmo autor considera outros elementos geopolíticos como a possibilidade de “criar uma rede atingindo lugares remotos; mobilizar contingentes para áreas dispersas; e irradiar as linhas de comunicação a partir do centro do poder” (NOGUEIRA, 2007, p. 13).⁴

Apesar da necessidade de efetivar o controle territorial por meio da construção de fortes na Amazônia, Machado (1989, p. 106) identificou que “a forma provisória da construção parece refletir o caráter provisório do objetivo estratégico e a ausência de um perigo militar real”. De fato, na concepção vigente, uma fortificação, por si só, não atendia ao objetivo primordial de assegurar a posse. Entretanto, Fortes (2000) destaca que o estabelecimento da rede de fortificações entre os séculos XVII e XVIII constituiu em uma ação espacial voltada à defesa e conquista do território por parte de Portugal perante as diversas incursões e tentativas de invasões.

3 “O controle de posições estratégicas como instrumento de apropriação do território está na raiz da formação geopolítica brasileira. Geopolítica de lógica sempre militar, que esteve presente na estratégia de conquista e defesa do território da colônia pela Coroa portuguesa por três séculos (...) nas disputas pelo controle das grandes bacias do Prata e do Amazonas.” (BECKER; EGLER, 1994, p. 35).

4 Para o autor, as ações geopolíticas na Amazônia remontam uma “projeção sobre o território das relações de poderes” e estes “existentes na sociedade, é bem mais antiga, antecedendo mesmo a criação dos Estados modernos” (NOGUEIRA, 2007, p. 13).

Fortes (2000, p. 161) aponta que “a presença de franceses, holandeses, irlandeses e ingleses fora a questão crucial que obrigou os lusitanos a intensificar suas viagens ao longo do rio Amazonas” para fins de estabelecer uma posse territorial e expulsar possíveis manobras por parte de outras potências coloniais.

Esses fortes militares são objetos vinculados à gestão do território, são projetos de instalação de infraestrutura na colônia, mas têm seu gerenciamento centralizado na metrópole colonial inicialmente no contexto jurídico-político da União Ibérica (1580-1640), que foi a unificação dinástica da Coroa luso-hispânica, e depois mantido pela Coroa Portuguesa de maneira autônoma, sendo ambos correlacionados ao Período Colonial brasileiro (1500-1822).

A primeira fortificação na Amazônia brasileira data de 1616, trata-se do Forte do Presépio, sendo a gênese do primeiro aglomerado urbano dessa macrorregião na figura da atual cidade de Belém, sendo, juntamente de Gurupá (que originou a cidade homônima), as duas únicas ocupações desse tipo na Amazônia brasileira oriundas ainda da primeira metade do século XVII (Quadro 1).

Quadro 1: Fundação dos fortes na Amazônia brasileira (séc. XVII-XVIII)			
Forte	Ano	Município atual	UF
Forte do Presépio	1616	Belém	PA
Gurupá	1633	Gurupá	PA
S. José da Barra do Rio Negro	1669	Manaus	AM
Macapá	1688	Macapá	AP
Óbidos	1697	Óbidos	PA
Santarém	1697	Santarém	PA
N. S. da Conceição	1754	Costa Marques	RO
São Joaquim	1775	Bonfim	RR
S. Gabriel da Cachoeira	1775	S. Gabriel da Cachoeira	AM

S. Francisco Xavier de Tabatinga	1776	Tabatinga	AM
Príncipe da Beira	1783	Costa Marques	RO

Fonte: baseado em Costa (2016).

Das atuais capitais estaduais da Amazônia Legal, Belém (PA), Manaus (AM) e Macapá (AP) sediaram fortalezas do passado que também foram *locus* do poder regional em sua época. Cita-se que o forte no atual município de Bonfim (RR) apresenta proximidade espacial com a capital estadual Boa Vista (RR), o que significa relação semelhante às demais centralidades mencionadas. Sobre os casos de Acre, Tocantins e Maranhão, pode-se dizer que passaram por um processo de colonização diferenciado, onde cada unidade regional apresenta suas particularidades.

Do mesmo modo, a funcionalidade desses objetos - os fortes - é marcante para a questão locacional. Num período sem rodovias, os rios são os únicos caminhos interregionais de trocas amistosas, mas também de possíveis forças indesejadas para a Coroa Portuguesa que estava estabelecendo um projeto de unidade territorial. Acerca disto, é possível ilustrar:

Em se tratando da cidade de Macapá os registros históricos apontam como propósito de sua fundamentação a defesa do território, na qual o rio Amazonas foi percebido como estratégico e por isso a Fortaleza São José de Macapá foi construída na sua margem para impedir a invasão da região por estrangeiros. (TOSTES et al., 2017, p. 121).

A formação desses fixos é explicada por sua função de controle territorial. Fortes (2000, p. 160) destaca a relevância de compreender que a rede de fortes construída na Amazônia entre os séculos XVII e XVIII “é, antes de tudo, reconhecer o processo de militarização que operou na dinâmica de apropriação e controle da ‘natureza’ amazônica pela Coroa portuguesa”. A linha de fortes erguida entre 1612 e 1802 contava com cerca de 40 fortalezas, estrategicamente posicionadas no território para fins de bloquear acessos pelo mar e pelos rios no interior da bacia amazônica (FORTES, 2000).

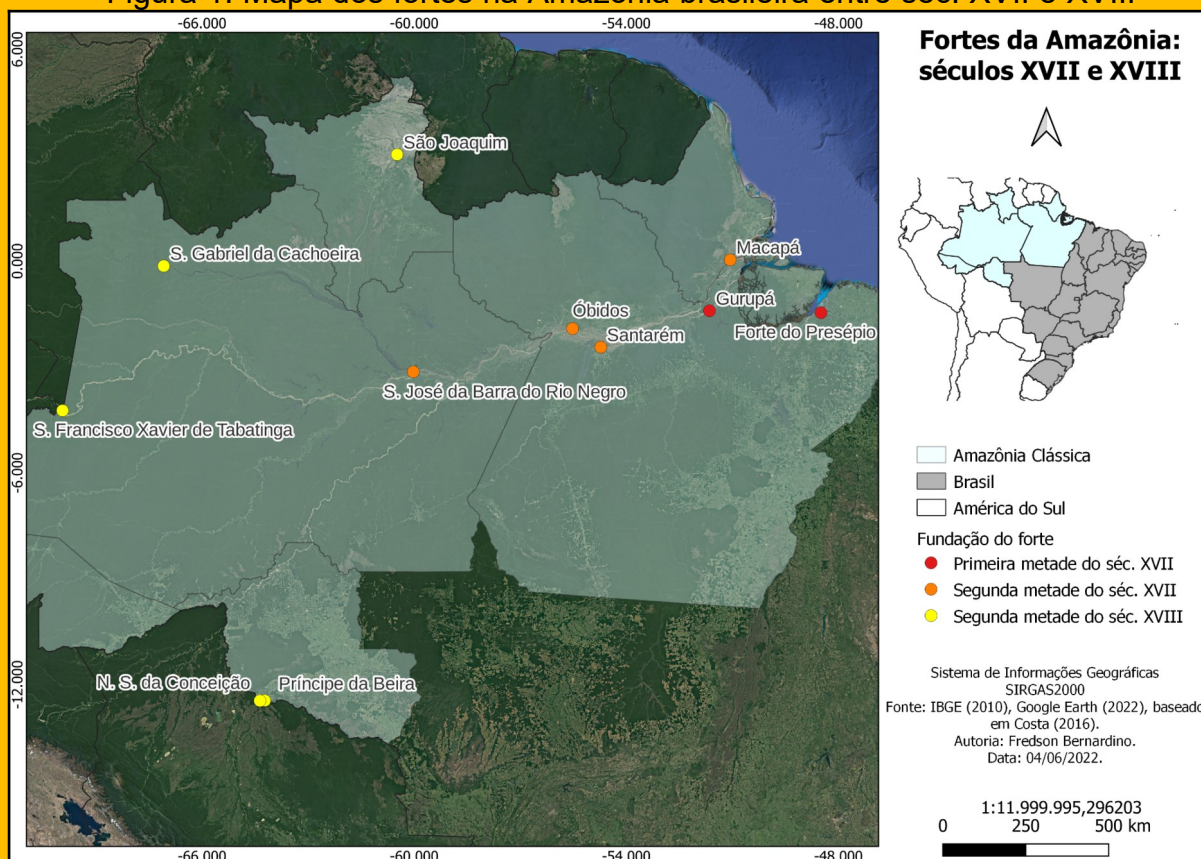
A localização dos fortes (Figura 1) não ocorreu de maneira aleatória, segundo Costa (2015) os locais onde foram construídos os fortes foi em função das características estratégicas de controle territorial, situados em platôs, nas

margens dos rios, marcando uma posição relevante de segurança e uma das marcas do colonialismo lusitano na Amazônia.

A foz do rio Amazonas tem caráter estratégico no controle de investidas inimigas. O caminho do “Novo Mundo” amazônico era limitado pelo leito dos rios, especificamente pelo rio Amazonas e seus afluentes, dando-se no vetor jusante-montante.

É importante considerar o significado dessa ocupação de cunho militar, pois a construção de um forte na margem do rio, sua engenharia, seu material de construção, seus soldados, canhões etc., em uma região logisticamente desafiante, tem uma função principal: a projeção de força por meio do controle dos canais de circulação desse território. Ou seja, os fortes são formas espaciais que estão relacionadas a um pensamento estratégico de caráter militar.

Figura 1: Mapa dos fortes na Amazônia brasileira entre séc. XVII e XVIII



Fonte: IBGE (2010), Google Earth (2022) e baseado em Costa (2016).

Outro ponto importante a se considerar nessa lógica de ocupação é a necessidade da Coroa Portuguesa por adensar parte desse território. Esses fortes, além da questão de defesa *stricto sensu*, funcionam como conchaves de trabalho e de difusão da cultura do ocupante europeu. É interessante pensar que o projeto lusitano desse período foi a consolidação de um território alémmar, o que pressupõe a unidade territorial, desdobrando-se na tendência pela unidade linguística, normativa e cultural. Em suma, verifica-se um projeto de espelhamento com referencial eurocêntrico, de “continuidade” da sociedade colonizadora no “Novo Mundo”.

Ressalta-se que a estratégia territorial, como já sugerido, não se limitou pela instalação de fortes, mas também pela fundação de núcleos urbanos com a dinâmica sociopolítica e técnica (possível) característica de cada temporalidade. Isso faz referência ao projeto de unidade territorial entre a metrópole colonial e suas colônias, sendo simbolizado, entre outros fatos, pela toponímia dos novos aglomerados que faziam (e fazem) referência a lugares e a religião católica da pátria ocupante. Assim, por meio da instalação de centralidades que posteriormente se tornaram cidades, se deu o transbordamento da sociedade ocidental europeia para a Amazônia.

Há de se citar nesse momento histórico o papel das ordens missionárias, sobretudo na constituição superestrutural da Amazônia moderna. Na geopolítica, essa abordagem pode ser contextualizada como uma intervenção vinculada ao *soft power*, isto é, um tipo de projeção de força geoestratégica que não necessariamente diz respeito ao monopólio da violência ou do exercício bélico.

Assim, a dimensão militar deve ser abordada enquanto parte de um *processo de ocupação*, noção que está vinculada aos contextos e as conectividades de uma rede de aglomerados preambulares (fortins) produzidos da foz do rio Amazonas que dão base a estruturação da rede urbana atual. No mesmo sentido, verifica-se essas relações do passado a partir de objetos e seu enfoque locacional, são *formas* espaciais que têm *funções* seja no controle do território propriamente dito, seja na implementação de uma ocupação dada em unidade com a nova sociedade (colonizadora).

Dos fortes à rede urbana dendrítica

Portanto, a rede urbana da Amazônia foi se consolidando de maneira nuclear, em função do controle do território, tendo os fortes como signo espacial desse processo histórico-territorial. Em síntese, sobre a estratégia de ocupação via fortes, pode-se pontuar:

- i) Localização de pontos estratégicos em função de controle do território: os rios como elemento-chave;
- ii) Não se deu espacial e nem temporalmente de maneira homogênea, pois há de se verificar diversas condicionantes do processo de ocupação na Amazônia;
- iii) A rede geográfica dos fortes do passado influencia a rede urbana do presente.

Sobre o terceiro ponto, verifica-se a manutenção da centralidade do poder nos núcleos que outrora estiveram associados às fortificações na Amazônia. A formação dessa rede geográfica nasce nas margens dos rios e condiciona a constituição da espacialidade presente. São as rugosidades que a relação sociedade/espço manifesta (SANTOS, 2020), ou seja, o espaço, enquanto instância da sociedade, se equivale as dimensões do econômico, jurídico-político e ideológico (SANTOS, 2012).

Segundo Corrêa (1987), a ocupação tradicional na Amazônia gerou uma rede urbana dendrítica⁵, padrão que basicamente segue o traçado dos leitos dos rios. No entanto, ressalta-se que na segunda metade do séc. XX, sobretudo a partir da década de 1970, por conta da forte promoção estatal de infraestruturas na região amazônica brasileira, com destaque para a instalação de grandes eixos rodoviários, essa rede apresenta maior complexificação especialmente nas bordas sul e leste.

Ao refletir sobre o panorama atual desse processo de ocupação, Lima (2014) assinala que essa morfologia de núcleos urbanos, especialmente na

⁵ “A rede urbana da Amazônia deve ser analisada e compreendida considerando-se a inserção, a cada momento, da região em um contexto externo a ela, seja internacional, nacional ou abrangendo a ambos, bem como considerando-se a existência, conflitiva ou não, das cristalizações urbanas resultantes das internalizações dessas diversas inserções no mundo externo a ela. Há uma periodização da rede urbana, isto é, a cada segmento ao tempo associa-se uma rede urbana que reflete este tempo, e simultaneamente faz parte dele e o faz caminhas.” (CORRÊA, 1987, p. 42).

Amazônia dos rios, é ao mesmo tempo dispersa e encontrada. Sendo significativamente dispersa na disposição dos núcleos urbanos, sobremaneira na ocorrência de grandes centros globalizados, sendo mais comum apresentar uma rede com pequenos aglomerados que de maneira geral acompanha as margens dos rios. Também manifesta uma alta concentração de população, produtiva e principalmente técnica, informacional e da gestão em poucos núcleos, como são os casos mais importantes: Belém para a Amazônia Oriental e Manaus para a Amazônia Ocidental.

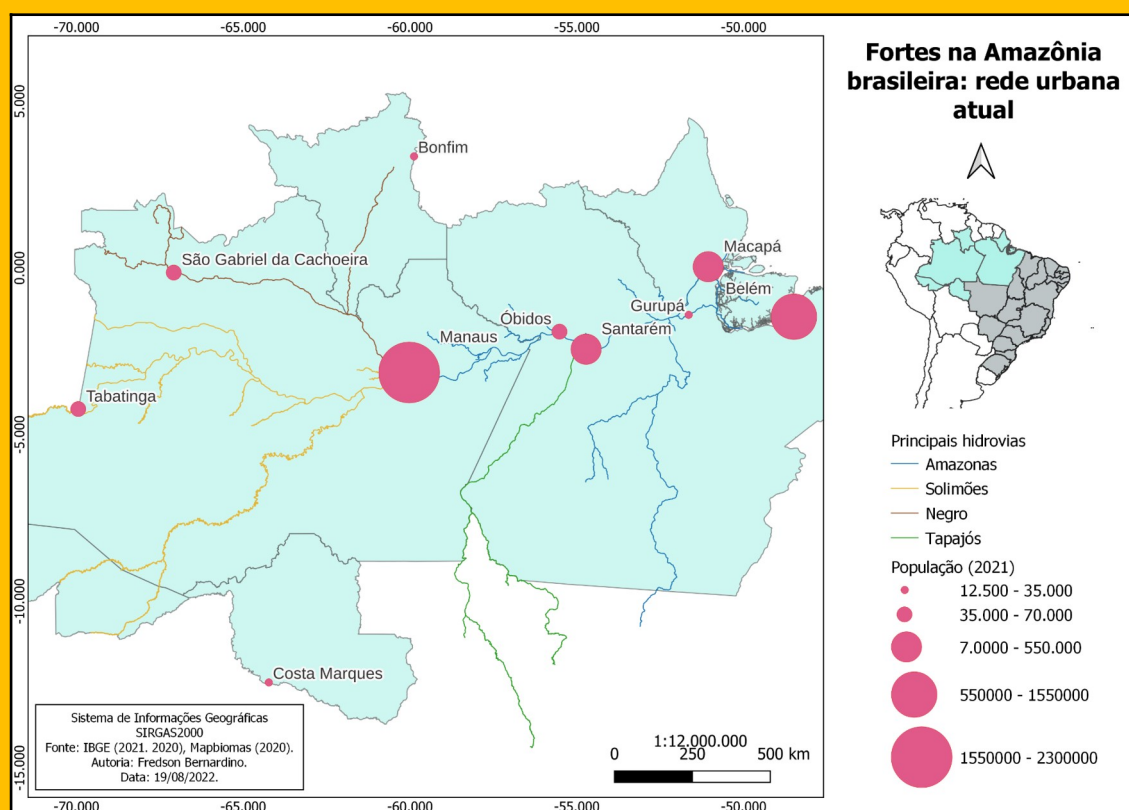
No que concerne às centralidades atuais da Amazônia brasileira identificadas cuja origem remonta aos fortes (Figura 2), o que se estende por boa parte da região, sobretudo na porção da Amazônia Ocidental, observa-se a predominância do padrão dendrítico para a rede urbana.

Além da localização que relaciona a questão dendrítica, Tavares (2008) comenta acerca da formação da malha municipal paraense que muitas centralidades do passado condicionam, por meio dos núcleos já instalados para controle do território, hegemonias na contemporaneidade. A partir da descrição da autora, é possível afirmar que interação espaço-temporal semelhante ocorre nas demais centralidades do presente. São espacialidades atuais influenciadas por espaços herdados, processo que diz respeito à formação espacial que se manifesta no território, nas redes e nas disposições contemporâneas.

Não obstante, o fenômeno pode ser encarado de forma multiescalar e crítica. Historicamente o Pará, na figura de Belém, legou um papel de liderança econômica, política e ideológica da rede urbana regional em função de herdar o primeiro núcleo fortificado e conseqüentemente urbano da região, onde apresenta um impacto na dinâmica de rede até os dias de hoje. Basta examinar a relevante concentração de massa crítica e cultural em Belém no contexto da região amazônica.

Essa metrópole da Amazônia Oriental encontrou maior rivalidade econômica e política com Manaus, sobretudo a partir da década de 1960, por conta de políticas territoriais que facilitaram a fluidez do grande capital, tornando a metrópole da Amazônia Ocidental no maior centro demográfico, produtivo e afins da gestão do território da Amazônia brasileira.

Figura 2: Mapa das cidades amazônicas atuais originadas de fortes



Fonte: IBGE (2020, 2021), Mapbiomas (2020).

Portanto, trata-se de se pensar nas rugosidades e sua influência nos processos territoriais e nos interesses dos grupos que animam as formas espaciais. Isso ocorre porque o espaço não é inócuo ou mero reflexo da sociedade, ele também condiciona a sociedade, o que se reproduz, como foi observado, na relação entre fortes portugueses do período de colonização da Amazônia e as centralidades da rede urbana atual, ou seja, concentrações (e dispersões) do passado que influenciam centralidades do presente.

Considerações Finais

O controle territorial da Amazônia efetuada pela Coroa Portuguesa no início do processo de ocupação efetivou a “conquista” de uma porção da América do Sul por meio de diversas estratégias, principalmente pela construção de fortes para controlar os fluxos nos rios, bem como a formação de cidades para fins de potencializar a ocupação, constituindo naquele período

(séculos XVI-XVIII) na desestruturação de povos originários que habitam os vales fluviais.

As ações de controle territorial se fazem presentes no decorrer dos séculos, e diversas formas espaciais foram sendo materializadas, o que não foi diferente na Amazônia brasileira. Tais objetos geográficos com intencionalidades geopolíticas foram capazes, em sua maioria, de condicionar processos e dinâmicas territoriais de ocupação nesta região, desde o passado com os fortes que condicionaram a formação de núcleos urbanos até as ações de construção de rodovias, estas foram capazes de instituir um novo padrão de circulação e de ocupação.

Ações voltadas para estabelecer e potencializar o controle territorial foram sendo sobrepostas desde a década de 1970, e tiveram um papel central no deslocamento de militares de outras regiões (principalmente do Sul do Brasil) em direção às fronteiras Amazônicas. Essas estruturas militares, principalmente aquelas situadas nas fronteiras, em vista do processo de formação territorial brasileiro, representam no período atual formas espaciais complexas a partir da dinâmica de produção, circulação, consumo e outros elementos que complementam os circuitos espaciais.

Referências

BECKER, Bertha; EGLER, Claudio A. **Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana na Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, vol. 49, n.3, 1987, pp. 39-68.

_____. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. **Anuário IGEO - Anuário do Instituto de Geociências**, v. 13, 1992. Disponível: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/aigeo/article/view/5934/0>>. Acesso em 11 jul. 2022.

COSTA, Graciete Guerra da. Fortificações na Amazônia. **Revista Navigator**, v. 10, nº 20, 2014, pp. 109-118.

_____. A cartografia das fortificações da Amazônia nos séculos XVII e XVIII. **Rev. Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 116-133, jan./jun. 2016. Disponível: <<https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/664#:~:text=Resumo,e%20se%20caracteriza%20pela%20interdisciplinaridade.>>. Acesso em 11 jul. 2022.

DEFFONTAINES, Pierre. Geografia Humana do Brasil. **Rev. Brasileira de Geografia - RBG**, 1988, vol. 50, n. 1, ed. especial. Disponível: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1_especial.pdf>. Acesso em 11 jul. 2022.

FORTES, Mírcia Ribeiro. A rede de fortificações na Amazônia brasileira: uma abordagem sobre a militarização (séculos XVII e XVIII). **Somanlu**, v. 1, nº 1, 2000, pp. 159-168.

MACHADO, Lia Osório. **Mitos e Realidades da Amazônia Brasileira no contexto geopolítico internacional (1540-1912)**. Tese de doutorado em Geografia Humana, Universidade de Barcelona, 1989, 510 p.

NOGUEIRA, R. J. B. Amazônia e questão regional. Um regionalismo sufocado. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 67-76, 1999. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/123349>>. Acesso em 11 jul. 2022.

_____. **Amazônia Continental**: geopolítica e formação das fronteiras. Manaus: CCPA, 2007.

PINTO, Renan Freitas. A viagem das ideias. **Estudos Avançados**, v. 19, no 53, 2005. Disponível: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/93ScQvKBxmqZsLj7dhprYXJ/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 11 jul. 2022.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. 10 reimpressão. São Paulo: Edusp, [1996] 2020.

_____. **Espacio y metodo**. Barcelona: Geocrítica, 1986.

_____. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da geografia a uma Geografia Crítica. 6 ed. 2 reimp. São Paulo: Edusp, [1978] 2012.

_____. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Trad. Maria Encarnação Vasquez Beltrão; Rev. Max Henri Boudin. **Boletim Paulista de Geografia**, 54:81-100, Junho, 1977.

TAVARES, Maria Goretti da C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, v. 2, n. 3, jan-jun, 2008. Disponível: <<https://revista.ufr.br/actageo/article/view/204>>. Acesso em 21 jul. 2022.

_____. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo (Online)**, V. 15, N. 2, 2011. Acesso: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74209>>. Acesso em 11 jul. 2022.

TOSTES, José Alberto; FEIJÃO, Antônio da J. MOURA; Cássia Ingrid R. A paisagem cultural da cidade de Macapá: o rio comanda a vida. **Rev. Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 34, 2017. Disponível:

<https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1619/1606>. Acesso em 16 ago. 2022.